

# O Terceiro Setor

*Embora sejam organizações privadas sem fins lucrativos, o terceiro setor vem se constituindo, nos últimos 15 anos, como um dos segmentos de maior dinamismo da economia, gerando bens e serviços de forma crescente*

Por Patrícia Álvares

Apicultores  
atendidos  
pela ONG  
Visão  
Mundial



Foto: Arquivo Visão Mundial

O terceiro setor é composto por organizações privadas sem fins lucrativos, cujo principal objetivo é buscar o bem-estar social. Como exemplos de instituições que compõem o terceiro setor estão as organizações não-governamentais (ONGs), as cooperativas, associações, fundações, institutos, instituições filantrópicas, entidades de assistência social e, mais recentemente, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips). Todas elas são entidades de interesse social e apresentam características comuns: a ausência de lucro e o atendimento de fins públicos e sociais.

Apesar de existirem diferenças estatísticas, as duas mais recentes pesquisas sobre a dimensão e perfil do

terceiro setor mostram que o segmento não pára de crescer no Brasil e evidenciam o número de organizações sem fins lucrativos. Um estudo da Fasfil - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil, mostra um crescimento de 157%; passando de 107 mil, em 1995, para 276 mil, em 2002. Dessas 276 mil, 171 mil organizações de interesse público (62%) foram criadas a partir de 1990. Os dados identificaram, ainda, a existência de mais de 500 mil organizações sem fins lucrativos registradas no Cadastro de Empresas do IBGE (Cempre). Dessas, foram descartadas organizações a serviço de interesses corporativos, a exemplo de sindicatos, condomínios, partidos políticos, cartórios e clubes, entre outros.

Já as informações divulgadas, no início de 2006, sobre um estudo do Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV) em parceria com a instituição norte-americana que estuda as organizações sem fins lucrativas no mundo *The Johns Hopkins Center for Civil Society Studies*, revelam um crescimento de 71% do setor no Brasil em sete anos - 1995 a 2002 - passando de 190 mil para 326 mil.

## Exemplos de atuação

Um exemplo deste tipo de Oscip é o Gife - Grupo de Instituições, Fundações e Empresas, sediado em São Paulo (SP) que, em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), desenvolveram o estudo Fasfil. O Gife foi a primeira associação da América do Sul a reunir organizações de origem privada que financiam ou executam projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público. "O Gife surgiu informalmente em 1989, a partir de um comitê de filantropia instituído na Câmara Americana de Comércio de São Paulo. Em 1995, com a elaboração de seu Código de Ética, o Gife foi instituído formalmente por 25 fundadores e tem como missão aperfeiçoar e difundir os conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum", diz o administrador Fernando do Amaral Nogueira, gerente de projetos do Grupo.

O Gife, como toda organização, tem seus preceitos éticos. "O Código de Ética do Gife preconiza que os conceitos e a prática do investimento social derivam da consciência da responsabilidade e reciprocidade para com a sociedade, assumida livremente por empresas, fundações ou institutos associados à organização. Para a rede Gife, as práticas de investimento social são de natureza distinta e não devem ser confundidas como ferramentas de comercialização de bens tangíveis e intangíveis (fins lucrativos) por parte das empresas ou mantenedoras", explica Fernando.

Um outro exemplo de atuação em trabalhos sociais é a Ágere Advocacy. Criada em 2002 e sediada em Brasília, a Ágere desenvolve suas ações por meio de parcerias com diferentes organizações da sociedade civil visando à implementação de políticas públicas em prol da justiça social. "As ações da Ágere Advocacy têm como objetivo auxiliar a formulação e

## Entenda quais são o primeiro e segundo setores e a relação entre eles:

- **O primeiro setor** é o estado representado por instituições políticas - prefeituras municipais, governos estaduais e presidência da república - além de entidades ligadas a estas - ministérios, autarquias, entre outros.
- **O segundo setor** é o mercado - composto por organizações privadas que exercem atividades privadas que atuam em benefício próprio e particular.

Ou seja, o terceiro setor é um espaço institucional que abriga entidades públicas e privadas com finalidade pública. Assim, o estado - primeiro setor - aplica o dinheiro público em ações para a sociedade; o mercado - segundo setor - investe o dinheiro privado nas suas próprias atividades. As organizações privadas sem fins lucrativos aplicam dinheiro público e privado na área social.

execução de políticas públicas, através de acompanhamento de proposições no Congresso Nacional, mobilização da sociedade civil, participação e atuação em eventos e manifestações, realizações de cursos e oficinas", comenta o administrador Iradj Roberto Eghrari, um dos fundadores da organização, formado, também, em engenharia eletrônica.

Iradj explica, ainda, que o papel da Ágere é complementado quando a organização se envolve com outras ONGs. "Uma ONG não tem condições de, sozinha, defender projetos mais amplos, como, por exemplo, a causa racial. É preciso trabalhar com um grupo de organizações, envolver várias pessoas, desenvolver uma série de fóruns, para que este conjunto de ações crie forças suficientes para alcançar resultados satisfatórios", explica.

### ***As organizações sem fins lucrativos empregam 7,5 milhão de assalariados brasileiros***

O trabalho da Ágere se desenvolve em várias frentes, tendo como temas principais a primeira infância (zero a seis anos), criança e adolescente (seis a 14 anos) e jovens (15 a 29 anos). Nestas frentes, a Ágere acompanha todo e qualquer projeto ou processo que esteja em curso na Câmara Federal. "Isso é por excelência o nosso trabalho. Conseguir que seja aprovada uma lei que possibilite uma empresa ou

pessoa física doar certa quantia para o fundo da criança e adolescente e descontando do imposto de renda, por exemplo", diz Iradj Eghrari.

#### **Empregos gerados**

O levantamento da Fasfil revela que as organizações sem fins lucrativos empregam 1,5 milhão de assalariados, o que corresponde a 5,5% dos empregados de todas as organizações formalmente registradas no País. Aproximadamente 77% delas não contam com nenhum trabalhador remunerado, enquanto que cerca de 2,5 mil entidades (1% do total) absorvem quase um milhão de trabalhadores. Segundo o levantamento, a média de remuneração dos trabalhadores nessas organizações é de 4,5 salários mínimos mensais, ligeiramente superior a média dos assalariados das empresas em geral - públicas, privadas lucrativas e não-lucrativas - que é de 4,3 salários mensais (na época do estudo).

Com participação de 5% do Produto Interno Bruto nacional - superior a de setores expressivos da economia brasileira, como a indústria de extração mineral e maior que a de 22 Estados brasileiros - as organizações privadas sem fins lucrativos que geram bens, serviços públicos e privados, com o objetivo de obter desenvolvimento político, econômico, social e cultural no meio em que atuam, movimentam anualmente cerca de R\$ 12 bilhões e atraem ao redor de 1,5 milhão de voluntários.

Essas organizações não-governamentais receberam, em 1995, doações da ordem de R\$ 1,1 bilhão provenientes de quase 15 milhões de brasileiros, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada, órgão vinculado ao Ministério do Planejamento. Estima-se que o número de doadores já havia triplicado em 1998, chegando a 44,2 milhões de pessoas, ou 50% da população adulta brasileira. "Para expandir e fortalecer sua atuação, o terceiro setor deve legitimar-se junto à sociedade, tornar-se mais profissional na sua gestão, buscar novas e criativas formas de financiamento e fazer parcerias com o estado e o setor privado", enumera Fernando, gerente de projetos do Gife.



Iradj Roberto Eghrari, um dos fundadores da Ágere Advocacy

#### **A Lei do terceiro setor e as Oscips**

Em função do crescimento e expansão do terceiro setor, veio a necessidade de sua regulamentação. Assim, em 1999, foi assinada a chamada Lei do Terceiro Setor, que define e qualifica essas organizações jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips).

A lei que regula as Oscips é a 9.790, de 23 de março de 1999, que possibilitou que pessoas jurídicas - grupos de pessoas ou profissionais - de direito privado sem fins lucrativos possam ser qualificadas, pelo poder público, como Oscips e possam se relacionar com ele por meio de parceria, desde que os seus objetivos sociais e as normas estatutárias atendam os requisitos da lei.

"Um grupo só recebe a qualificação de Oscip depois que o estatuto da instituição é analisado e aprovado pelo Ministério da Justiça. Para tanto é necessário que o estatuto atenda certos pré-requisitos como necessidade de obediência a princípios re-



ferentes às associações, adoção de práticas de gestão administrativa, formação de um Conselho Fiscal, destinação do patrimônio, no caso de extinção da organização, possibilidade de remuneração de dirigentes e obediência às normas de prestação de contas", esclarece Fernando Nogueira. Em geral, o poder público divide com a sociedade civil o encargo de fiscalizar o fluxo de recursos públicos em parcerias, "a Oscip é uma organização da sociedade civil que, no caso de parceria com o poder público, utiliza, também, recursos públicos para suas finalidades, dividindo dessa forma o encargo administrativo e de prestação de contas", completa Fernando.

De certa forma, as Oscips são ONGs criadas por iniciativa privada, que obtém um certificado emitido pelo poder público federal ao comprovar o cumprimento de certos requisitos, especialmente aqueles derivados de normas de transparência administrativa. Em contrapartida, podem celebrar com o poder público os chamados termos de parceria, que são uma alternativa aos convênios para ter maior agilidade e razoabilidade em prestar contas.

A Oscip é uma espécie de associação, ou seja, é uma pessoa jurídica criada a partir da união de idéias e esforços de pessoas em torno de um propósito sem finalidade lucrativa. A existência jurídica da associação terá início somente quando o grupo tiver em mãos o registro dos atos constitutivos no Cartório de Registro de Pessoa Jurídica da comarca da sede da entidade. Obtido o registro, deverá ser providenciada a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e na prefeitura, bem como nos demais órgãos de controle.

### **Ação empresarial de ONGs**

Quais são os limites legais e éticos para a atuação empresarial das organizações não-governamentais? Essa é uma questão bastante debatida devido ao fato das ONGs terem tratamento tributário diferenciado e poderem prestar serviços ao setor público com dispensa de licitação; o que as coloca em situação de vantagem em relação às empresas privadas que buscam o lucro. "A procura cada vez maior das ONGs por recursos próprios é legítima na medida em que elas devem buscar sua independência em relação a governos e a empresas. Entretanto, essa busca por auto-suficiência está suscitando indagações sobre até onde deve ir uma ONG", avalia o gerente de projetos do Gife.

Foto: Arquivo GIFE



**Fernando Nogueira: A procura das ONGs por recursos próprios é legítima na medida em que elas devem buscar sua independência**

Esses limites legais e éticos têm feito com que as organizações não-governamentais apareçam com frequência na mídia. Em geral, de forma negativa. O fato é que há organizações não-governamentais que foram criadas para fins ilícitos e, na maioria das vezes, nunca tiveram como centro de seus princípios a idoneidade, a transparência e a honestidade - como os casos das fundações ligadas a escândalos políticos.

Iradj Roberto Eghrari acha que em todos os setores da sociedade existem as organizações éticas, honestas e transparentes, como também aquelas que foram montadas para praticar atos ilícitos, "mas, é preciso saber diferenciar o joio do trigo. A grande maioria das organizações não-governamentais é compromissada com a transparência da gestão pública e, conseqüente-

“

*A Oscip é uma associação criada a partir da união de idéias e esforços de pessoas em torno de um propósito*

”

mente, lidam de forma ética e transparente no que se refere à gestão de seus recursos", defende.

**Glayson Ferrari:**  
**A Visão Mundial é um bom exemplo de instituição engajada no comércio justo**



### Comércio Justo

Um segmento do terceiro setor que vem crescendo no Brasil é aquele que tem como propósito o Comércio Justo ou Fair Trade, como é chamado pelos americanos.

Para Johann Wolfgang Schneider, responsável técnico pela "Pesquisa Mundial Comércio Justo - Atualização 2007", Comércio Justo e Solidário "é o fluxo comercial diferenciado que, a partir do estabelecimento de relações justas e solidárias entre todos os elos das redes de produção, resulta em uma forma de

fortalecimento dos empreendimentos econômicos e solidários, rurais e urbanos, que estão em desvantagem ou marginalizados pelo sistema convencional das relações comerciais que privilegiam a grande escala".

O comércio justo obedece a princípios bastante rígidos, relacionados com a transparência e co-responsabilidade na gestão da cadeia produtiva, relação de longo prazo, pagamento de preço justo, organização dos produ-

tores em associações ou cooperativas, respeito à legislação e normas nacionais e internacionais, além de respeito ao meio ambiente.

O comércio justo internacional está crescendo a taxas anuais acima de 20% nos últimos cinco anos, com um crescimento de 37% entre 2004 e 2005, chegando a um faturamento estimado no varejo em 1,142 bilhão de Euros em 2005 nos 20 países membros. Na ponta dos produtores, o comércio justo certificado beneficiou, em 2005, aproximadamente um milhão de agricultores e trabalhadores.

No Brasil, o comércio justo e solidário vem crescendo a taxas consideráveis. De acordo com levantamento realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), em 2005 foi identificado um total de 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) em 2.274 municípios brasileiros.

Comandada pelo administrador e especializado em comércio internacional, Glayson Ferrari dos Santos, a Visão Mundial é um bom exemplo de instituição engajada no comércio justo. Essa organização não-governamental é uma instituição humanitária cristã, que tem como objetivo o desenvolvimento e a promoção da justiça e trabalha com crianças, famílias e comunidades pobres, combatendo as causas da pobreza, "estamos integrados com a *World Vision International*, que atua em aproximadamente 100 países", explica Glayson.

Atuando no Brasil desde 1975, a Visão Mundial atualmente trabalha em 59 comunidades, nas quais estão inscritas mais de 70 mil crianças. O programa Comércio Solidário apoia mais de seis mil produtores e a organização recebe ajuda de seu programa de apadrinhamento, por meio de doações locais e do exterior de empresas e pessoas físicas. Nas comunidades em que atua, a Visão Mundial Brasil executa Programas de Desenvolvimento de Área (PDAs), que são a principal estratégia operacional da organização.

O que as organizações envolvidas com o terceiro setor têm em comum são pessoas comprometidas com a sua criação e manutenção - talvez, esse seja o sucesso da expansão. Essas organizações são fruto de histórias pessoais que tomam proporções maiores e possibilitam a mudança de vida de outras milhares. O fundamental, entretanto, é o que vai a existência do terceiro setor é o investimento na profissionalização dos seus membros, pois essa é uma forma de proporcionar a eficiência na sua gestão.

“  
*O comércio justo internacional está crescendo a taxas anuais acima de 20% nos últimos cinco anos*  
”